

A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas

Profa. Dra. Joseli Maria Silva
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
Departamento de Geociências
Av. Carlos Cavalcanti, 4748
84030-900 - Ponta Grossa, PR - Brasil
joselisolva@uol.com.br

Prof. M.Sc. Almir Nabozny
almirnabozny@yahoo.com.br

Prof. M.Sc. Marcio José Ornat
marciornat@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo realiza uma crítica à invisibilidade feminina na geografia e evidencia caminhos para a construção metodológica dos objetos de pesquisa no âmbito das relações de espaço e gênero. Neste trabalho são enfocadas as mulheres pobres chefes de família que estão invisíveis na agenda da pesquisa geográfica. Abordar este recorte grupal e sua espacialidade implica desafios teóricos e metodológicos que são aqui tratados. Para sustentar nossos argumentos, trazemos a necessidade da escolha da escala geográfica, tempo / espaço e da escolha de indicadores na delimitação do grupo focal, utilizando como suporte para esta análise as experiências de pesquisas empreendidas pelo Grupo de Estudos Territoriais. Fruto destas reflexões, afirmamos que é a escolha de referenciais teórico-metodológicos específicos e politicamente engajados que constrói a visibilidade feminina na ciência geográfica.

Palavras chave: Espaço urbano, gênero, epistemologia, metodologia.

Abstract

This article criticizes the female invisibility in Geography and demonstrates ways for the methodological construction of the research objects in the area of the relations of space and gender. We have focused on poor women as head of the family who are invisible in the agenda of the geographic research. Addressing this group clipping and its spatiality implies theoretical and methodological challenges that are being considered in this work. To support our point of view, we brought into discussion the necessity of choice of the geographic scale, time/space and of choice of indices in the delimitation of the focal group, using as support for this analysis, the research trials performed by the Territorial Group Study (Grupo de Estudos Territoriais). Following extensive studies, we can assert that what constructs female visibility in geographic science is the choice of specific theoretical-methodological references, besides being politically engaged.

Key words: Urban space, gender, epistemology, methodology.

INTRODUÇÃO

A invisibilidade feminina do discurso geográfico deve ser questionada, através da promoção de um debate sobre a construção da Geografia. Criar novas perspectivas tem sido trabalho difícil, já que a própria construção da ciência, seus conceitos e métodos fundantes são frutos do processo de colonialidade e racionalidade moderna, oriundos do saber produzido sob a ótica masculina. O desafio enfrentado pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) do qual somos componentes, está expresso neste trabalho. O presente texto realiza primeiramente, uma discussão resumida das compreensões e polêmicas em torno das relações entre gênero e espaço evidenciando os frutos dessa articulação na ciência geográfica e suas limitações na geografia brasileira. Posteriormente, adotamos nossas experiências de pesquisa para sustentar o argumento metodológico que possibilita a visibilidade das mulheres pobres, chefes de família, enquanto produtoras do espaço urbano. Por fim, exploramos a experiência **masculina** dos componentes do GETE nos estudos de gênero na geografia, problematizando a posicionalidade do pesquisador em relação aos grupos femininos pesquisados.

GÊNERO E GEOGRAFIA: ESTUDOS SOBRE MULHERES?

Desde 2003 o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) tem se perguntado sobre a contribuição da Geografia brasileira na construção da realidade socioespacial generificada e hierarquicamente organizada. Nossas inquietações nos levam às seguintes questões: Há uma postura desconstrucionista da falsa neutralidade da ciência produzida pelos pressupostos eurocêntricos? Em que medida os debates epistemológicos e metodológicos da Geografia tem incorporado uma perspectiva não sexista? Qual é o espaço de discussão interna das epistemologias feministas no discurso geográfico brasileiro atual? Qual é o reconhecimento intelectual das geógrafas no cenário da produção do conhecimento geográfico?

Ao perseguirmos as respostas para estas questões, temos realizado discussões internas ao Grupo de Estudos Territoriais e temos nos preocupado em mapear os temas relativos à epistemologia da geografia que são objeto de discussão nos grandes eventos nacionais que

envolvem a comunidade geográfica brasileira na última década, como os encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) e o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG). Podemos afirmar que estas questões colocadas acima estão ausentes dos temas de interesse da comunidade científica geográfica brasileira. Contudo, temos seguido a importante lição deixada por Michel Foucault (1988): é necessário prestar atenção às ausências e aos silêncios porque eles protegem a força e o poder do discurso hegemônico.

Assim, se essas questões não estão colocadas como uma preocupação da comunidade geográfica brasileira, elas têm balizado as ações metodológicas das pesquisas dos componentes do GETE que vêm lutando para produzir uma perspectiva de estudos de gênero e sexualidade no corpo científico da geografia brasileira.

As contestações sobre a invisibilidade feminina na ciência geográfica é antiga e data dos anos 70. Esse movimento, que inicialmente era composto de mulheres brancas de algumas grandes universidades européias e norte-americanas, cresceu com a renovação do pensamento geográfico, sobretudo nas correntes pós-estruturalistas e pós-coloniais. Nos países anglo-saxões, pode-se dizer que as críticas iniciais fundaram uma trajetória sólida de novas perspectivas teóricas e metodológicas que, no entanto, não suscitou fortes inspirações no pensamento geográfico brasileiro.

No caminho crítico aberto pela luta das mulheres por sua visibilidade na geografia, desenvolveram-se os estudos *queer*¹ ou geografia das sexualidades. A desestabilização das pretensas verdades científicas, ocorrida nos debates sobre a ciência pós-moderna, contribuiu também para a discussão da geopolítica do conhecimento e intensificam-se os estudos das geografias étno-raciais que denunciavam a produção epistemológica branca, suplantando o conhecimento de grupos não brancos.

A discussão em torno da colonialidade do saber e a crítica à ciência moderna, neutra e objetiva foi, em grande parte, travada pelas chamadas “epistemologias feministas”. Walter

¹ O pensamento acadêmico *queer* foi desenvolvido a partir de uma contestação ao movimento social homossexual norte-americano de caráter conservador que privilegiava a representação do homem branco, homossexual, de classe média alta e excluía a diversidade presente no movimento de luta pela liberdade sexual, também composto por não brancos, travestis, lésbicas e transexuais, etc. Os pensadores *queer* comungam as idéias que a heteronormatividade e as hierarquias sexuais precisam ser questionadas, a fim de que outras realidades sejam visíveis, e também, que não há linearidade entre sexo, gênero e desejo, pois as identidades instituídas de ilimitadas configurações entre estes elementos estão em permanente transformação e sempre abertas ao novo.

Mignolo, um importante crítico do eurocentrismo, argumenta que foi a abordagem feminista que deflagrou com maestria as dimensões do poder inerentes a produção científica. Segundo ele,

(a) a ciência moderna foi/é uma construção epistêmica a partir de uma perspectiva masculina; (b) a 'epistemologia masculina' tornou invisíveis outros tipos de conhecimento e outras perspectivas de compreensão que estão a emergir sob o rótulo de 'epistemologia feminista' e (c) a epistemologia feminista contribui para desalojar o mito de que a ciência estaria purificada contra a infecção da diferença sexual e da sexualidade. (MIGNOLO, 2004, p. 685)

A luta do movimento de mulheres cientistas e intelectuais se manifestou na geografia em suas diferentes matrizes filosóficas. O positivismo lógico abrigou os grandes mapeamentos e descrições sobre quantidade de mulheres, seu perfil de moradia, educação, trabalho, índices de fertilidade, fecundidade, maternidade e assim por diante. Na ascensão do materialismo histórico e dialético houve a incorporação da idéia de patriarcado e da crítica à constituição da família burguesa como um importante pilar do capitalismo. Nessa perspectiva ocorreram denúncias da dominação masculina, da desigualdade de direitos entre os sexos e da subordinação social das mulheres. Adotando uma postura relacional entre homens e mulheres, o conceito de gênero passa a ser amplamente utilizado na geografia. As correntes pós-estruturalistas adotam o conceito de gênero, entretanto para desconstruí-lo e revelar que o próprio conceito é produzido para perpetuar a dominação masculina.²

O breve relato da presença da luta das mulheres na construção da visibilidade feminina evidencia a força da discussão teórica e metodológica já empreendida na história da ciência geográfica. Contudo, esta versão foi imperceptível às(os) geógrafas(os) brasileiras(os), com honrosas exceções³. Devemos destacar a trajetória quase solitária desenvolvida pela geógrafa Rosa Ester Rossini que, desde a década de 80, vem enfocando a exploração da força de trabalho feminina. Para não pecar por também produzir invisibilidades, temos explorado as bases de dados do “sistema lattes” no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

² Para aprofundar a abordagem da trajetória das abordagens das geógrafas feministas ver OBERHAUSER, Ann M., RUBINOFF, Donna, BRES, Karen De, MAINS, Susan and POPE, Cindy. Geographic perspectives on women. In: Geography in America at the dawn of the 21st century. Org. Gary L. Gaile and Cr. J. Willmott. Oxford: Oxford University Press, 2003. pp. 737 – 758.

³ Suzana Veleda da Silva explora a abordagem sobre a produção geográfica brasileira com enfoque de gênero denunciando também seu caráter inexpressivo. Ver artigo intitulado “Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações” publicado na Revista Electrónica, Universidad de Barcelona em 2000.

Tecnológico (CNPQ) e percebemos que há um incremento da abordagem de gênero na geografia, principalmente em forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, tais quais Tonini (2002), Garcia(2004) e Silva (2004). Apesar dos esforços, estas produções ainda são isoladas e não constituem uma rede expressiva de pesquisadores.

Durante estes anos em que discutimos os trabalhos produzidos pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) e pela recém criada Rede de Estudos de Geografia e Gênero da América Latina (REGGAL) observamos algumas confusões conceituais e até mesmo posturas concebidas com base no senso comum que têm dificultado nosso diálogo com outros campos da geografia brasileira. Resolvemos, assim, discutir três pontos fundamentais para posicionar nossa produção científica e abrir diálogos frutíferos com nossos pares.

O primeiro ponto é a associação linear dos estudos de gênero e as abordagens sobre as mulheres. Nem todos os estudos de gênero envolvem apenas as feminilidades, mas também as masculinidades⁴ e as vivências chamadas “*trans*”⁵ ou seja, aquelas que não se encaixam na bipolaridade de organização dos sexos e dos gêneros, tradicionalmente estabelecidos socialmente. Portanto, a abordagem de gênero na geografia não pode ser entendida como geografia sobre as mulheres. Contudo, os estudos que enfocam as feminilidades obtiveram maior expressão porque se tornaram a possibilidade científico-política de denúncia das injustiças presentes na organização sociospacial sexista.

O segundo ponto deriva do primeiro e tem sido fonte de algumas polêmicas em torno da afiliação de pesquisas no campo “geografia e mulheres” ou “geografia e gênero”. Há uma confusão entre o recorte de grupo a ser analisado pelo pesquisador e opção conceitual que estrutura o modelo de análise. O conceito de gênero foi adotado pelas geógrafas feministas com a perspectiva crítica à utilização da categoria mulher, em geral, associada à diferenciação sexual de corpos e analisada de forma isolada. Simone de Beauvoir em sua obra “O segundo sexo” realiza importante crítica à redução da categoria mulher às diferenças biológicas

Não é enquanto corpo, é enquanto corpo submetido a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores (...) o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa nesse mundo. Mas não é ele

⁴ Atualmente o GETE está explorando os códigos de masculinidades intuídos pelos adolescentes em conflito com a lei através de dois recortes grupais/espaciais: as gangues que dominam determinados espaços públicos e os adolescentes em privação total de liberdade no Sistema de Socioeducação em Ponta Grossa.

⁵ Encontram-se também em andamento duas pesquisas que envolvem a sexualidade como a produção do espaço interdito ao ser travesti e a instituição contraditória e complementar de seus territórios.

tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade (BEAUVOIR, 1976, p. 62-63)

O conceito de gênero agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual, adotando a perspectiva da construção social dos papéis sociais que devem ser desempenhados por homens e mulheres e nega a construção universal das diferenças, implicando a compreensão dos papéis em determinada estrutura temporal e espacial. Além disso, adota-se a perspectiva relacional, em que as mulheres são concebidas na sua relação com os homens. Essa perspectiva simbólica da instituição dos seres, homens e mulheres avançou também no campo da geografia, como argumenta Linda McDowell (1999) e Gillian Rose (1993).

Contudo, é preciso deixar claro que, de forma alguma, a utilização do conceito de gênero implica necessariamente em trabalhar comparativamente universos femininos e masculinos, conforme temos sido questionados⁶. A dimensão relacional que a idéia de gênero concebe é a compreensão de que os seres não estão isolados e estáticos. Portanto, é perfeitamente possível operar com o conceito de gênero e restringir um recorte social de um grupo feminino em uma pesquisa, desde que o ser feminino seja compreendido de forma relacional e processual na estrutura socioespacial a que pertence.

É importante lembrar que a visão desconstrucionista dos papéis de gênero tem sido expressiva na última década pelas geógrafas feministas, apoiadas nas obras de Michel Foucault (1988), Judith Butler (1990) e Teresa de Lauretis (1987). A categoria mulher como universal e a adoção do gênero como categoria pré-discursiva têm sido alvo de críticas de ambas as autoras citadas. Acreditam no gênero enquanto uma representação construída em atos, introduzindo na geografia feminista a idéia de performatividade. Para Butler (2003), houve um certo reducionismo na compreensão da relação entre gênero e corpo:

em algumas explicações, a idéia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei natural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26)

⁶ Reconhece-se a longa tradição de estudos comparativos envolvendo homens e mulheres, contudo este não é único caminho possível.

Portanto, o gênero a partir desta perspectiva é compreendido para além da mera representação de papéis a serem desempenhados por corpos de homens e mulheres sob a hegemonia da heteronormatividade, é uma complexidade aberta, jamais plenamente exibida em qualquer situação. O caráter performático do gênero se constrói a partir de configurações não lineares dos indicadores sexo, gênero e desejo. Essas categorias formam uma complexidade permanentemente aberta pelo movimento da vivência cotidiana. Há múltiplas combinações possíveis entre estas variáveis. Há corpos biologicamente categorizados como mulheres que podem desenvolver uma identidade de gênero masculina e ainda desejar outros corpos tanto masculinos como femininos. Isso porque, para Butler (1990), nem os corpos são pré-discursivos, já nascem sob a marca do gênero. São estas combinações possíveis que desestabilizam as fronteiras rígidas da heterossexualidade e que subvertem a lógica naturalizante das construções identitárias baseadas nos pólos hierarquicamente estabelecidos entre o masculino e o feminino.

O terceiro ponto polêmico que tem dificultado nosso diálogo na comunidade científica geográfica é o estigma que pesa sobre o movimento feminista e as representações sociais negativas que dificultam o engajamento e a adoção das epistemologias feministas na geografia.

Durante os dois primeiros anos de estudos do GETE, nos perguntávamos sobre nossa identidade com o movimento feminista. Em alguns momentos fomos até inquiridos sobre esse assunto, notadamente quando os trabalhos apresentados eram motivos de polêmicas. Experienciamos cotidianamente o desmerecimento de nossa produção científica, recortes temáticos e de grupos⁷ e também somos alvos comuns de referências pejorativas e preconceituosas no meio intelectual, notadamente quando exploramos as sexualidades. Fizemos desses “constrangimentos” uma reflexão interna que discutiu as representações freqüentes sobre o movimento feminista e pudemos compreender nossa postura inicialmente temerária em adotar abertamente nossa identidade feminista.

As expressões mais comuns para representar as(os) sujeitas(os) do feminismo são radicais, briguentas(os), feias(os), mal resolvidas(os) afetiva e sexualmente. Se, por um lado, as pessoas participantes do GETE não se enquadravam nessas representações, por outro, era

⁷ Pobreza, violência e prostituição de mulheres pobres, prostitutas, travestis, mulheres encarceradas, adolescentes de ambos os sexos em conflito com a lei, crianças e adolescentes que sofrem exploração sexual.

claro que não fazíamos uma geografia neutra, pois adotamos posicionamentos políticos evidentes quando lutamos pela desconstrução das hierarquias de gênero e de opções sexuais no campo científico. Assim, passamos a nos identificar como um grupo de estudos que assume abertamente a perspectiva feminista da construção do saber. Contudo, é importante esclarecer que é possível abordar mulheres ou gênero sem, no entanto, se comprometer com a desconstrução da ciência hegemônica.

Enfim, as polêmicas em torno dos pontos apresentados anteriormente permitem compartilhar as dificuldades de ampliação das perspectivas de gênero e feminista na geografia brasileira. Estas reflexões iniciaram com o primeiro projeto desenvolvido pelo GETE em 2003 que tinha como objetivo a compreensão das relações que marginalizam parte da população urbana ao acesso de bens produzidos na cidade, incorporando a categoria de gênero na análise socioespacial. Assim, problematizamos a dimensão espacial das mulheres pobres chefes de família em Ponta Grossa – Pr.

Nossas primeiras pistas de que a pobreza não era igualmente distribuída entre os sexos estava em Mézáros (2002) que chamava a atenção dos cientistas sociais para criarem diferentes abordagens das relações sociais que produzem a pobreza no mundo. Em sua obra *Para além do capital*, o autor aponta que 70% dos pobres do mundo são mulheres. Este dado tem suscitado várias discussões em órgãos das Nações Unidas com a função de minimizar as 'mazelas do capital'. No Brasil, o governo federal já possui diretrizes dos organismos internacionais para conceder uma atenção especial à reprodução da pobreza potencializada nas famílias chefiadas por mulheres.

Outra importante pista foi o acesso aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que anunciava em 2002 o crescimento de mulheres chefiando as famílias brasileiras. Naquela época, 25% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres⁸ e desses, 91,4% se localizam nas áreas urbanas. Além disso, a proporção de crianças de 0 a 6 anos de idade em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos e moradoras de áreas com precária qualidade de infra-estrutura e serviços é da ordem de 56,6%.

A constituição desse perfil familiar estabelece um ciclo de reprodução da pobreza da

⁸ Censo Demográfico 2000. Agregado de Setores Censitários dos Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, julho de 2002. É importante lembrar que os últimos dados do IBGE de 2006 apontam para 30% os lares chefiados por mulheres.

população brasileira, já que as crianças, sob a tutela dessas mulheres, precocemente abandonam as escolas e se submetem à exploração do trabalho para contribuir com a renda familiar. Concluímos assim que era fundamental incorporar gênero na análise da pobreza urbana.

As relações de gênero se revelaram para nós importantes elementos para a compreensão das relações socioespaciais contemporâneas, caracterizadas por uma particular estruturação familiar, instituída nas relações de poder que estão, simultaneamente, nas esferas pública e privada. Estas famílias conjugam uma série de indicadores sociais e econômicos bastante precários e, em geral, os filhos substituem o papel desempenhado pelo ex-cônjuge no suprimento das necessidades básicas da família e abortam as possibilidades de acesso a uma melhor escolaridade e ao trabalho.

Há uma construção cultural do papel feminino a ser desempenhado socialmente, através do qual são alimentados determinados padrões de conduta que estruturam e são, ao mesmo tempo estruturados, pelos sentimentos, sexualidade, reprodução e a divisão do trabalho realizado entre homens e mulheres, que resultam em oportunidades menos favoráveis para as mulheres, notadamente, aquelas que se tornam únicas responsáveis pela manutenção da reprodução da família. Assim, a análise do espaço a partir da perspectiva de gênero torna-se relevante uma vez que, como salienta Gomes (1996), a abordagem racional não é a única trilha possível para a produção geográfica. Novos caminhos podem enriquecer a discussão do espaço geográfico, ampliando seu escopo de análise e seus horizontes metodológicos.

Nossas primeiras discussões se deram com outros campos científicos que possuem maior tradição na incorporação do conceito de gênero como a história e a sociologia. Nesse contato, ficou claro que a dimensão espacial era negligenciada nas produções científicas relativas ao gênero no Brasil. Entretanto, tal qual sustenta Soja (1993), acreditamos que o espaço contribui com outros campos de saber e, sendo assim, podemos vislumbrar um mútuo enriquecimento de ambos os conceitos: gênero e espaço. Porto - Gonçalves (2002, p. 229) afirma que “o ser social é indissociável do estar. A sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica”. Assim, nossa preocupação esteve centrada na relação espaço e gênero na compreensão da pobreza feminina que se manifesta na cidade de Ponta Grossa.

ESCALA E RECORTE DE GRUPO NA CONSTITUIÇÃO DA VISIBILIDADE

ANALÍTICA

Ao trabalharmos com gênero e geografia alertamos para a necessidade de superar algumas dificuldades metodológicas que dizem respeito à demarcação de fronteiras do objeto (SILVA, 2003, 2005). Gênero, enquanto um conceito representação, define-se num contexto de relações socioespaciais processualmente re-elaboradas, compostas por seres multi-identitários.

Há uma grande discussão em torno da validade da categoria mulheres, notadamente desenvolvida pelas feministas, já que para a continuidade do movimento era fundamental compreender os(as) sujeitos(as) do feminismo e a quem o movimento representava. Judith Butler realiza uma importante crítica à categoria mulheres e argumenta a impossibilidade de se reduzir as mulheres a uma identidade unívoca e universal. Segundo ela “(...) a coerência e unidade da categoria mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das mulheres” (BUTLER, 2003, p. 35). Portanto, Butler argumenta que as mulheres possuem outros elementos identitários como raça, religião classe social e que, acionados juntamente com o gênero, tornam as mulheres seres plurais.

Com base na visão de Judith Butler é que chamamos a atenção para o estabelecimento do recorte de grupo social, suas espacialidade(s) e temporalidade(s). Ao estabelecermos o grupo focal, os recortes temporais e espaciais, trazemos à luz fenômenos que, em geral, são escamoteados na análise geográfica tradicional. O cuidado com a escolha da escala de análise é um fator fundamental para observarmos a política intrínseca às escolhas do pesquisador. Podemos, ao adotar uma escala, tornar grupos sociais invisíveis ou potencializar a visibilidade da ação de grupos vulneráveis que, quase sempre, são desprezados na geografia brasileira por procedimentos numéricos em guaritas laboratoriais. No processo de produção do espaço a questão política revela-se como uma importante forma de romper com o discurso hegemônico.

Nabozny (2006) explorou, em pesquisa realizada junto ao GETE, a experiência de participação política feminina e a sua inserção na esfera da política formal/partidária, buscando desvelar as nuances de gênero nas relações com o Estado e a produção do espaço urbano em Ponta Grossa – PR. Para isto, estabeleceu como recorte de grupo as mulheres que

se fizeram representar no legislativo municipal. Ao analisar os cento e cinquenta anos de história da Câmara Municipal, encontrou apenas onze mulheres que ocuparam cargos legislativos, dentre as quais, duas ascenderam ao cargo por suplência de vereadores do sexo masculino.

Ao entrevistar as mulheres que ocuparam cargos legislativos e analisar suas ações durante os mandatos, contou que elas, apesar de serem mulheres, não tinham desenvolvido ações de luta pelo direito das mulheres, como nós, inicialmente, esperávamos. Ao analisar as entrevistas realizadas não foi possível constatar elementos identitários ao universo feminino e um engajamento político pela diminuição das desigualdades de gênero. Quando questionada sobre as dificuldades que enfrentou ao abordar temas femininos, uma vereadora respondeu:

Não, nunca tive dificuldade porque nunca foi enfocado, porque Ponta Grossa hoje é uma cidade muito elitizada. Então hoje a gente está vendo que existe já mais uma abertura maior, desde postos de saúde, na conservação assim da vida sexual da mulher, em relação ao posto de saúde, hoje a gente vê que nós temos mamografia de graça, antigamente não tinha né?⁹

Assim, as raras presenças femininas no legislativo municipal, não marcaram conquistas femininas. Percebemos que Judith Butler tinha razão ao argumentar que não é o fato de as mulheres terem uma anatomia de corpo comum que as une em torno de conquistas sociais¹⁰.

Por outro lado, quando adotamos a noção de política em sentido amplo, considerando outras escalas de análise, pudemos tornar visível a luta política feminina. Para tanto, foi analisada a experiência de participação popular no Orçamento Participativo – OP¹¹ entre 2000 e 2004 e constatou-se a forte presença feminina nas assembleias populares. A representação feminina nos cargos de delegação do OP foi de 42,3 % e 35,25 % nos cargos de conselho. Além disso, 80% dessas mulheres que ocupavam cargos no OP exerciam também outras atividades políticas de base comunitária como, presidência de clubes de mães, associações de moradores, representações em conselhos locais de saúde, etc.

Embora tenhamos conseguido ampliar a visibilidade feminina na política, abrangendo

⁹ Trecho de entrevista concedida a Almir Nabozny por ex-vereadora em Ponta Grossa em 30/05/2005.

¹⁰ Judith Butler em 1990 lança *Gender Trouble: Feminism and subversion of identity* e aponta os limites do movimento feminista ao construir uma unidade em torno da categoria mulher, alegando a pluralidade de identidades femininas e a impossibilidade de reuní-las sob uma pretensa universalidade.

¹¹ O Orçamento Participativo é uma modalidade de participação da sociedade civil organizada na gestão do orçamento público. A experiência teve início em 1989 na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) na Gestão do Prefeito Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores.

o OP, quando se tratava da exploração do grupo focal específico, mulheres chefe de família, com filhos menores de quatorze anos sob sua tutela, com apenas oito anos de estudo e com renda de até dois salários mínimos¹², a participação se reduzia. Apenas 8% delas mantinham atuação em algum tipo de instituição. Constatou-se que a passagem à condição de chefia e somado o fato de que seus ex-cônjuges não contribuem com manutenção afetiva e financeira da família, tiveram que abandonar sua participação social. Nesse sentido, o abandono da ação política depois da chefia familiar contribui com isolamento e arrefecimento da luta por melhorias urbanas e potencializa a reprodução de suas condições de pobreza.

A utilização do gênero como ferramenta analítica do espaço foi também demandado por Ornat (2007), componente do GETE. Sua preocupação era a compreensão dos deslocamentos cotidianos intra-urbanos desenvolvidos por homens e mulheres e sua relação com a reprodução dos espaços de pobreza. Sua hipótese era de que a localização em relação ao centro da cidade¹³ instituíria diferentes oportunidades de acessibilidade aos bens e serviços urbanos e isso contribuía para o aumento da pobreza. Foram selecionadas duas áreas com semelhantes indicadores sociais e econômicos e diferentes distâncias em relação à área central, a Vila Dom Bosco (6 Km) e a Vila Nova (1 Km), em Ponta Grossa¹⁴ – Paraná.

Ao analisarmos, a partir da escala da cidade, as duas áreas eram homogêneas e com níveis de deslocamentos idênticos. Inclusive, pela facilidade do transporte coletivo, a área da Vila Dom Bosco, mais distante do centro, era mais articulada ao tecido urbano, obtendo um índice de 6,81 deslocamentos semanais por residência e a área da Vila Nova obteve 6,06 deslocamentos semanais por residência.

Contudo, as diferenças se davam quando analisadas na escala intra-bairro, através da qual se destacava a divisão de trabalho entre homens e mulheres e o diferencial de mobilidade entre eles. Os homens obtinham um deslocamento sempre superior ao das mulheres. O índice total masculino é de 7,1 deslocamentos semanais por residência e o feminino é de 5,7. Além das mulheres manterem um índice geral mais baixo em número de deslocamentos semanais, o raio de deslocamento é menor, vivendo mais intensamente as áreas próximas da residência,

¹² Os elementos da política realizada por mulheres pobres chefes de família foram explorados a partir de 68 entrevistas realizadas em residências com pessoas que se enquadravam no perfil procurado.

¹³ É importante lembrar que o contexto da pesquisa é de uma cidade de porte médio e o centro da cidade é o local de concentração de bens urbanos, diferentemente das metrópoles que possuem vários sub-centros.

¹⁴ Das 70 famílias residentes nos Conjuntos habitacionais Dom Bosco I e II, foram entrevistadas 46. Das 136 famílias residentes na Vila Nova foram entrevistadas 99.

enquanto os homens realizam deslocamentos com distâncias maiores.

Os motivos dos deslocamentos e direções também se diferenciam. Embora muitas das mulheres realizem deslocamentos por causa do trabalho, suas funções estão ligadas aos papéis femininos como faxineiras, babás, empregadas domésticas e cozinheiras. Desta forma, deixam o espaço privado doméstico para trabalhar em funções muito parecidas com aquelas que desenvolvem em sua própria casa. Os homens deslocam-se para espaços que ampliam suas experiências no espaço público, já que são marceneiros, mecânicos, operários da construção civil e indústrias. Os motivos de deslocamentos femininos estavam relacionados às atividades de reprodução familiar, como compras de alimentos, acompanhamento dos filhos à escola e ao posto de saúde, em 48% dos casos no Dom Bosco e 70% na Vila Nova. Os homens, por sua vez, alegaram o trabalho como motivo de deslocamentos em 82% no Dom Bosco e 72% na Vila Nova.

O jogo de escalas de análise propiciou a evidência de diferenças internas de espaços que, na escala da cidade, eram homogêneos. Assim, as diferenças dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres tornou-se visível nas espacialidades específicas que desenvolvem, através das intensidades, direções e motivos de deslocamentos realizados na cidade. Portanto, nos lembra Castro (2000, p.137) “ (...) quando o tamanho muda, as coisas mudam, o que não é pouco, pois tão importante quanto saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber como elas mudam, qual o novo conteúdo das novas dimensões”.

Enfim, é preciso optar por escalas que privilegiem as diferenças e uma demarcação clara de grupos. Não se pode generalizar para todas as mulheres os resultados encontrados para estes grupos, espacial e temporalmente definidos, porque as relações de gênero e de identidades são plurais e só podem ser identificadas no processo de construção do modelo de análise. Souza (1996, p. 16) instiga o processo de construção analítica através das escalas argumentando que

cada objeto, cada questão a nortear uma investigação deverá orientar a definição dos níveis analíticos e recortes espaciais adequados à análise em tela – o que, por sua vez, remete ao fato de que a escolha dos níveis analíticos deve estar vinculada ao raio de alcance real dos fenômenos (o âmbito do surgimento ou operação dos fatores ou processos). Desse ponto de vista, o esforço de teorização deverá ser, ele mesmo, “estratificado”, isto é, diversas formulações teóricas poderão variar imensamente em concretude e poder explicativo, sem que necessariamente sejam incompatíveis entre si, uma vez que cada uma estará privilegiando um ou alguns níveis de análise, ainda que sejam considerados de algum modo fenômenos atinentes também a outras

escalas.

Assim, se mantivéssemos nossa opção pela escala da cidade, teríamos revelado apenas a ausência das mulheres na política e acessibilidades homogêneas entre os fragmentos urbanos. No primeiro caso, reproduziríamos a eterna exclusão e ausência feminina da política e no outro, ocultaríamos as diferenças de acessibilidade entre homens e mulheres de baixa renda aos bens e serviços urbanos. Nossa opção, contudo, primou por evidenciar resistências, lutas femininas no orçamento participativo e denunciar as desigualdades e hierarquias sexuais no acesso à cidade. Portanto, são nossas escolhas teóricas e metodológicas que tornam visíveis determinadas configurações e esta é uma ação intencional e reflexiva do pesquisador.

A GEOGRAFIA FEMINISTA É UMA PERSPECTIVA CIENTÍFICA DE MULHERES?

Na seção anterior foi evidenciado que tanto o 'visível' quanto o 'invisível' fazem parte da mesma realidade espacial que é contraditória e complementar simultaneamente e que nós, pesquisadores, construímos e partilhamos das visibilidades ou invisibilidades.

A geógrafa Rose (1997) tem chamado a atenção para as perspectivas de posicionalidade e reflexibilidade do(a) pesquisador(a) em relação à produção do conhecimento. No processo de pesquisa estamos implicados nos fenômenos por nós investigados e o que obtemos são versões localizadas sobre eles. A autora alerta para o fato de que o que é produzido enquanto conhecimento geográfico, ou seja, aquilo que criamos através de nossas pesquisas, passa a fazer parte da realidade estudada assim como a realidade faz parte do conhecimento científico.

Gillian Rose em *Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics* realiza uma importante discussão em torno da inter-relação entre pesquisadores(as), pesquisados(as) e argumenta que a realidade socioespacial também se constrói a partir das relações de poder que se fundam nos enunciados científicos e na posição de quem os pronuncia. Assim, é necessário ter um corpo ou uma identidade de gênero feminina para se identificar com um conhecimento libertador para as mulheres e utilizar a epistemologia feminista? Qual o papel e os limites para os homens no trabalho de investigação do espaço feminino?

Estas questões se colocavam também no GETE, já que o grupo é majoritariamente composto por pessoas do sexo masculino. Inicialmente, nós mesmos duvidávamos da possibilidade de realizar a exploração de universos que se colocavam de forma oposta entre pesquisadores e pesquisados. Esse impasse tem sido também objeto de nossas reflexões e estratégias de pesquisa. Primeiramente, adotamos a prática da pesquisa conjunta e “triangulada”¹⁵. Assim, mais de um(a) pesquisador(a) acessa o grupo para realizar entrevistas e observações e depois os resultados dos trabalhos de campo são confrontados. Em alguns casos, quando ocorrem resistências insuperáveis na relação, realizamos a substituição do(a) pesquisador(a) junto ao grupo investigado. Essa prática tem sido elucidativa, inclusive para atentarmos para as diferentes versões produzidas pelas relações da configuração pesquisadores(as) e pesquisados(as) e os pontos de vista resultantes.

Neste processo crítico com nossos procedimentos de pesquisa e experiências ultrapassamos alguns pré-conceitos, como a impossibilidade de pessoas do sexo masculino produzirem um conhecimento geográfico libertador sobre as mulheres. Isso porque o corpo do pesquisador(a) referente de significados não pode ser reduzido às representações imediatas. Na relação da produção do conhecimento conjunto pesquisador(a) e pesquisados(as) ressignificam-se mutuamente e podem construir novas possibilidades de existências. É necessário romper com as associações lineares e imediatas dos corpos significantes da prática do conhecimento.

Questionar as velhas dicotomias que separam homens e mulheres em campos opostos também na prática do conhecimento é uma contradição para pessoas que desejam produzir um conhecimento prudente para uma vida decente, como pensa Boaventura Santos (2004). Isso não significa desconsiderar as barreiras e limites que se erguem na prática do campo de pesquisa quando homens pesquisam os universos femininos e/ou mulheres exploram o cotidiano masculino. Contudo, acreditamos que é preciso desafiar as fronteiras sexistas que estão nos procedimentos mais apurados e objetivos da pesquisa científica.

¹⁵ A triangulação tem sido compreendida de diversas maneiras pelos cientistas sociais preocupados com metodologia de pesquisa. Uma delas é a consideração da triangulação como um recurso para a resolução do problema da validade científica, utilizando-se de combinações de técnicas, múltiplas fontes e ou pesquisadores para fortalecer a confiança nas interpretações. Uma outra perspectiva, desconsiderando a necessidade de validação, compreende a triangulação como um fator de enriquecimento e um reconhecimento que a realidade é “caleidoscópica” e que a multiplicidade de métodos, fontes e técnicas influencia na qualidade da compreensão do fenômeno, sendo esta última perspectiva adotada para este trabalho (SPINK, 1995, SÁ, 1998 e JOVCHELOVITCH, 2000).

Assim, concordamos com Mignolo (2004) que o que está em jogo ao adotar determinadas vertentes epistemológicas são as formas de projetar a vida, a ética e a política. Quando falamos em “epistemologia feminista” não estamos demarcando fronteiras para um saber que deve ser produzido por e para mulheres. O nome deste modo de produzir o saber assim se deu porque o movimento empreendido de crítica à ciência “neutra e objetiva” foi realizado por mulheres que denunciavam os privilégios da pretensa universalidade do saber científico. Da mesma maneira, quando criticamos o eurocentrismo, não estamos contra os europeus. O nome é a referência ao espaço/tempo de determinadas relações e acumulação da riqueza material e da instituição de um modo de conceber o mundo de forma universal que aniquilou outras formas de saber e desconsiderou as diferenças da humanidade. Assim, há muitos latinos praticando a-criticamente o conhecimento eurocêntrico, assim como muitas mulheres perfeitamente enquadradas na prática da ciência hegemonicamente masculina.

Enfim, é preciso deixar claro que nós, pesquisadoras e pesquisadores, ao produzirmos um saber sobre determinada realidade, estamos, simultaneamente, sendo constituídos e constituintes desta mesma realidade. Nesse sentido, a atitude reflexiva de nossas escolhas epistemológicas e metodológicas é fundamental para construirmos os saberes que libertam e não os que enquadram e aprisionam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto explorou os caminhos metodológicos percorridos pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) na análise da relação entre gênero e espaço urbano. Os referenciais de pesquisa que sustentaram nossos argumentos foram a visibilidade da participação política feminina e a acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano. Foi através do cuidado metodológico da escolha reflexiva da escala temporal e espacial e da adoção de parâmetros na delimitação do grupo focal que pudemos construir através de nossas pesquisas a visibilidade da ação das mulheres pobres chefes de família na produção do espaço urbano em Ponta Grossa. Enfim, pudemos evidenciar as lutas e tensões que estão presentes na construção do conhecimento geográfico e temos atuado com o compromisso de produzir visibilidade de sujeitos sociais ausentes no discurso geográfico brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. São Paulo, Circulo do Livro: 1976.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and subversion of identity**. London: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p 117-140.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GARCIA, Maria F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2004.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAURETIS, Tereza de. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MÉSZARÓS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo. Ed. Da Unicamp. Tradução Boitempo Editora. 2002.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.

NABOZNY, Almir. Uma discussão sobre gênero e acesso ao espaço urbano: o paradoxo da participação política cívica e da participação no Estado. **Revista de História Regional**. v. 11, n. 1, p. 07-28, 2006.

OBERHAUSER, Ann M.; RUBINOFF, Donna; DE BRES, Karen; MAINS, Susan; POPE,

Cindy. Geographic perspectives on women. In: GAILE, Gary L.; WILLMOTT, Cort. J. (Ed.). **Geography in America at the dawn of the 21st century**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 737-758.

ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná. **Revista de História Regional**. v. 12, n. 1, p. 175-195, 2007.

PORTO - GONÇALVES, C.W. Da Geografia às Geo-grafias: Um Mundo Em Busca de Novas Territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002, p. 217-256.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**. v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: Um desafio para a Geografia Cultural brasileira. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z (Org) **Geografia: Temas Sobre Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p. 173-189.

SILVA, Susana M. V. **Trabajo informal, género y cultura: el comercio callejero e informal en el sur de Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2004.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p - 85-108

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**. v. 1, n. 1. p. 5-22, 1996.

TONINI, Ivaine M . **Identidades Capturadas - gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia**. Tese. (Doutorado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre, 2002.